Cultura, educação e lei 10.639/03: discussões, tendências e desafios

Luciane Ribeiro Dias Gonçalves*

Resumo
Este artigo é uma reflexão teórica que busca dar sentido à cultura negra no cotidiano escolar, a partir da promulgação da Lei 10.639/03, que lançou para a escola o desafio de trazer a história da África e cultura afro-brasileira como um dos conteúdos eleitos para discussão em sala de aula. A dificuldade de implementação da referida lei pousou sobre a falta de conhecimento sobre o assunto, o que nos convoca a discutir acerca da uma postura pertinente, por parte da escola, frente a cultura negra. Nesse trabalho, apresento e defendo como pertinente, a postura de reconhecimento e valorização da cultura negra a partir do resgate da história da África, designando à Educação o papel relevante de romper com o legado eurocêntrico que tem excluído a cultura negra. Proponho a utilização dos valores civilizatórios afro-brasileiros e as africanidades como forma de fortalecimento da autoestima negra e a construção de uma nação mais criativa e produtiva.
Palavras-chave: Cultura negra, valores civilizatórios, africanidades.

Culture, education and law 10.63903: discussions, trends and challenges

Abstract
This article is a theoretical reflection that seeks to make sense of the black culture in school everyday, from the enactment of the law 10.63903, which launched to school the challenge of bringing the history of Africa and Afro-Brazilian culture as one of the elected content for classroom discussion. The difficulty of the implementation of the law landed on the lack of knowledge on the subject, which convenes to discuss about an appropriate posture on the part of the school, front black culture. In this work, present and defend as relevant, the posture of recognition and appreciation of black culture from the rescue of African history, referring to the important role of Education break with Eurocentric legacy that has deleted the black culture. I propose the use of African-Brazilian civilization values and africanidades as a way of strengthening of self-esteem and the construction of a more creative and productive nation.
Keywords: black culture, civilization, values africanidades.

A formação pluriétnica da população brasileira é um fato inquestionável. Mesmo um olhar empírico direcionado a realidade à nossa volta é capaz de nos fazer perceber o quão diversa é a nossa composição étnico-cultural. É justamente isso que diferencia a população brasileira: a sua pluralidade de matrizes culturais. Não seria mais justo e produtivo que esta diversidade estivesse presente em todos os setores da sociedade e, principalmente, no campo da Educação?

É fato que a diversidade cultural não é reconhecida de forma equânime pela escola. Em um breve olhar sobre este espaço, percebe-se a existência do predomínio, para não dizer hegemonia, da matriz cultural europeia como cultura eleita para o trabalho pedagógico. Porém, a atual discussão sobre as conjunturas sociais tem promovido aberturas de espaços para maior número de contestações e revoltas dos diversos setores "excluídos".

Diante disso, somos instados a perguntar: se somos um país diverso, por que a Educação não reflete esta diversidade? Como uma forma de resposta a esse estado de coisas, as culturas excluídas e grupos subjugados têm procurado cada vez mais formas de reestruturações curriculares, o reconhecimento de seus valores e influências, conforme Gonçalves (2004) destaca, em um de seus estudos.

A discussão sobre a questão das relações raciais tem ocupado papel de destaque nos debates recentes. Os movimentos negros têm buscado espaço para que, no ambiente escolar, seja dada visibilidade à cultura negra, para que aluno(a)s negro(a)s e branco(a)s possam (re)ver a formação da nossa sociedade e sua própria formação identitária.

Nessa perspectiva, a postura da instituição educacional, revelada pela sua proposta curricular, deve se preocupar com as culturas negadas a fim de promover mudanças na estrutura sócio-econômica da sociedade. Sobre isso, Santomé indica que:

> *O discurso educacional tem que facilitar que as crianças de etnias oprimidas, assim como as dos grupos dominantes, possam compreender as inter-relações entre os preconceitos, falsas expectativas e condições infra-humanas de vida das populações marginalizadas com as*

* Endereço eletrônico: luciane@pontal.ufu.br

> *estruturas políticas, econômicas e culturais dessa mesma sociedade (SANTOMÉ, 1995, p. 170).*

Dessa forma, recorro a um conjunto de símbolos gráficos de origem *akan*, chamado *adinkra* para buscar o ideograma *sankofa*. Este ideograma é representado por uma estilização do pássaro, que vira a cabeça para trás. Como a cultura africana é povoada de mitos e símbolos que expressam conceitos filosóficos, o *sankofa* significa "nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás", sempre podemos retificar nossos erros. Esta é a proposta deste texto: voltar às raízes e buscar compreendê-la nas suas especificidades.

A proposta é que reformulemos a nossa representação sobre cultura negra, que a busquemos, voltando às nossas raízes, para que a escola possa reformular a sua postura eurocêntrica. Contudo, podemos nos questionar: Qual é a cultura negra que se reivindica estar presente nos currículos e no cotidiano escolar?

Disponho-me, neste ensaio, a discutir a cultura negra, especificamente no que tange ao fato de sua negação e seu silenciamento nos currículos escolares, uma vez que, atualmente, a necessidade legal tem feito com que educadore(a)s de todo país repensem suas práticas eurocêntricas. Busco, assim, apresentar o arcabouço jurídico normativo que impulsiona esta mudança. A partir daí, discuto que a mudança não pode ser apenas no acréscimo de conteúdos nas disciplinas que compõem os currículos dos diversos níveis de ensino. Argumento a necessidade de se conhecer conceitualmente as africanidades e os valores civilizatórios, pois são eles que alicerçam o reconhecimento da cultura negra.

Educação, cultura e identidade

Em 2003, foi sancionada a normativa que propõe uma mudança no contexto eurocêntrico da escola. A Lei 10.639/03 inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Apesar de ser um avanço em termos das reivindicações históricas dos movimentos negros, essa normativa suscitou vários questionamentos e dúvidas entre os profissionais da Educação. O motivo destas dificuldades está diretamente ligado à ausência do debate sobre a história de África e sobre a cultura afro-brasileira na formação inicial, tendo como consequência a necessidade de elegê-las como temática na formação continuada de professores.
Em seu primeiro artigo, a referida lei determina:

> *1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).*

Entende-se assim por que tantos profissionais da educação ficaram atônitos com a promulgação da lei, enquanto que outros profissionais que, por vários motivos estiveram envolvidos com as manifestações culturais negras brasileiras, sentiram-se à vontade para trazer a temática para suas salas de aula.

Durante a formação inicial poucos profissionais de Educação puderam conhecer a história de África e em suas vidas presenciaram a desqualificação das manifestações culturais negras. Entendo que este seja um dos motivos que causaram dificuldades de implementação da proposta em seus momentos iniciais. Contudo, hoje vários profissionais têm conseguido construir seus caminhos buscando apoio nas manifestações culturais negras de suas localidades. Voltaram atrás e buscaram nas raízes.

Acredito que precisamos superar a estereotipia, a invisibilidade e a folclorização da cultura negra para atendermos de forma efetiva e transformadora os preceitos legais. África é um continente pouco conhecido por nós, brasileiros, a não ser nas suas formas estereotipadas e apresentadas pela mídia ressaltando a pobreza, miséria e doenças. Certamente, não é esta visão que a lei suscita o debate. Precisamos conhecer a história de lá que nos faz aqui.

Para Cunha Jr, a simples existência de um povo deveria ser a justificativa para que houvesse o reconhecimento da história e da cultura do mesmo para a Educação. Contudo, isso não se evidencia na prática ou quando se diz estar contemplando, a cultura negra brasileira não se consegue reconhecer na versão apresentada. Para ele, "a dificuldade deste reconhecimento é em virtude da forma caricatural e reduzida com que somos incluídos nessas versões da cultura e da história nacional" (CUNHA Jr, 2005, p. 254).

Ainda nesse sentido, Gomes destaca que cada vez mais confirmaremos que, para entender o Brasil, é preciso conhecer e compreender a África (GOMES, 2003, p.84). O compromisso político que a autora traz mostra que a intrínseca ligação histórica entre Brasil e África não pode

ser reduzida a passado, mas ao contrário, marca também a atualidade. Cunha Jr corrobora com a questão destacando a postura seletiva que a Educação tem frente aos conteúdos:

> *Cultura, identidade e história apresentarão sempre aspectos críticos ao serem tratados pela carga política que estas definições e conceitos encerram. A educação transmite a cultura, assim, ela se reserva o direito de dizer o que é cultura. Cabe, antes de qualquer coisa, perguntarmos qual educação, para quem e para quê? A educação faz a seleção dos temas por um critério unicamente ideológico, político, mas se ampara nas ciências para justificar as escolhas. Vendo que as ciências fazem um esforço para serem consideradas neutras, e também verdadeiras. Consideramos as ciências como não neutras. Como espelho de uma sistematização dos conhecimentos provisórios, portanto mutáveis, sem o sentido de certo ou errado, muito menos de verdadeiro ou falso. As definições de cultura e história abrangem sempre concepções sobre as quais não existe uma unanimidade de perspectiva, e as definições fazem parte da cena do confronto políticos entre os grupos sociais (CUNHA Jr, 2005, p. 20).*

A definição de conteúdos voltados a contemplar a diversidade da cultura negra é prioritária, neste momento. No que diz respeito à cultura negra brasileira, sabemos da sua variedade. Como discuti no início deste texto, prevalece nos currículos escolares uma postura eurocêntrica que nos leva a materialização da invisibilidade e folclorização da cultura negra brasileira nas práticas pedagógicas. Nunes destaca que:

> *Historicamente temos o processo de exclusão da cultura negra da cultura oficial, consequência de uma ideologia racista e discriminatória que tem negado a participação desses povos na constituição da cultura nacional. Esta cultura de base africana sempre foi desvalorizada e comumente associada à bruxaria, tratada como folclórica e exótica (NUNES, 2011, p. 39).*

A atuação da escola deve ser voltada para o resgate da cultura negada e silenciada com intuito de desconstruir visões pejorativas e discriminatórias. Isso implica na problematização da discussão, levando-nos a uma reflexão mais ampla e ao entendimento sobre os processos de produção de uma cultura elaborada de base africana no contexto brasileiro, bem como avaliar a participação das populações afrodescendentes na cultura nacional e nos sistemas educacionais recolocando esta temática na orientação dos temas educacionais do Brasil.

Assim, o desafio lançado por este artigo é de buscarmos a compreensão da cultura negra na perspectiva dos conceitos de africanidades. Esta postura nos leva a outra forma de encarar a contribuição negra para a cultura nacional e está alicerçada no respeito à herança africana ancestral recriada e ressignificada no contexto brasileiro. Não seria a troca da cultura europeia pela cultura africana; contrariamente, a proposta é do diálogo dessa com as outras etnias, ao mesmo tempo, em que, inevitavelmente, evidencia-se com as formas de dominação ocidental.

Nesse sentido, precisamos (re)conhecer as especificidades desses povos, buscando compreender como, ao longo do seu processo histórico e social, têm se ressignificado os valores socioculturais de base africana e construído formas bem particulares de cultura.

Africanidades e valores civilizatórios presentes na cultura negra

Na sociedade brasileira, houve a tentativa de se descartar as contribuições da cultura negra quando da composição da nossa identidade. A atualidade exige uma nova postura com relação a isso. Necessitamos romper com eurocentrismo e reconhecer a contribuição africana, buscando nele as bases do seu pensamento para que nos sirva como referência na (re)elaboração do conhecimento.

Com a escravização do povo africano, seu sequestro e a extradição para outros países, os colonizadores impuseram a ruptura violenta com os valores civilizatórios deste povo. Em África, os negros tinham em cada um dos grupos sua cultura própria. A escravização colocou todos em um único grupo e ainda houve a tentativa de forçar a cultura dos colonizadores.

O povo africano possuía/possui uma forma de ver o mundo e estabelecer relações com ele que perduram naqueles países e em outros, espalhados pelo mundo através da diáspora africana. Surpreendentemente, ao invés de ser anulada a cultura negra consegue dar uma resposta criativa, como denomina Oliveira (2006).

Para este autor, a população negra espalhada pelo mundo através da diáspora

conseguiu resistir em suas tradições e, além disso, através de uma resposta criativa espalhou-a pelo mundo. Oliveira destaca que o que é repassado de geração para geração não são os mesmos conhecimentos originais trazidos de África. Para ele, valores civilizatórios, são elos, valores e princípios que nos aproximam, guardando características da cultura negra, reconstruída no contexto brasileiro, preservando, entretanto, sua matriz africana.

Dessa forma, consideramos que nos atermos a entender estas contribuições é propício ao momento mundial que traz à tona discussões sobre sociedade, cidadania, paz, meio ambiente, crise na produção econômica e outras temáticas em que a visão de mundo africana pode contribuir de várias formas.

A negação da cultura negra foi estabelecida nas relações de poder e, desta forma, fazer um resgate desta cultura também tem uma conotação política. Entender que a cultura negra trazida durante a colonização pelos escravizados pode/deve ser considerado conhecimento muda a representação do povo negro na atualidade. Historicamente, os vários movimentos de resistências do povo negro conseguiram, mesmo sob pena de sanções, manter uma forma cultural própria de lidar com o mundo. Tanto para uma criança/jovem negro quanto para um não negro entender isso pode mudar sua forma de se ver e ver o mundo.

Entendo que esta é a possibilidade da Educação reposicionar-se frente ao processo que Freire chamou de Pedagogia do Oprimido. Esta pode ser a hora em que a Educação poderá assumir seu caráter inovador e transformador, carecendo, porém, de que reconheçamos os valores civilizatórios presentes na cosmovisão afro-brasileira, pois é ela, conjuntamente com as demais contribuições étnico-culturais, que nos faz ser o que somos.

Embaso-me em Cunha Jr, na tentativa de esclarecer alguns elementos dos valores civilizatórios afro-brasileiros:

> *Para a constituição de um pensamento de base africana alguns elementos foram fundamentais: a comunidade e o seu enraizamento na terra, e a ancestralidade. Estas marcas significam, para o africano, a noção de repetição dos ciclos da vida, dos astros e do universo. Sequência que se repete, mas com modificações, com acréscimos. Como trajetórias que são próximas, mas não se repetem, com idéias que hoje, no mundo ocidental, são representadas na matemática pelas teorias do caos. A idéia da comunidade e da cabeça humana inspira as circularidades de representação do mundo para os africanos. A terra sempre foi redonda para os africanos, em função desta concepção circular de representação da perfeição. O ser humano pensante está sempre no centro do pensamento dos diversos povos e filosofias africanas. A ancestralidade é a marca de permanência do ser sobre o tempo. Neste se assentam todos os processos de conhecimento e de evolução do mundo. No conceito de ancestralidade e a marca de permanência do ser sobre o tempo. Neste se assentam todos os processos de conhecimento e de evolução do mundo. No conceito de ancestralidade e do respeito a ela se fundam os princípios da organização social e da interação do ser humano coletivo com os demais seres da natureza. O pensamento africano procura sempre a explicação da totalidade como um conjunto indivisível complexo e de conexões múltiplas. A comunidade, sua terra e seu povo constituem a base da identidade e da construção das sociedades africanas. A força vital e a palavra são dois conceitos que explicam os dinamismos, as mudanças, nas sociedades africanas. A força vital é a energia a ser acumulada para a continuidade e para a mudança. A palavra é cultuada com conhecimento e como elemento de criação. A palavra precisa ser pronunciada com cuidado, dado seu poder de criação. A palavra tem um sentido rítmico na sua expressão. Para os africanos, também os tambores falam (CUNHA Jr, 2005, 262-3).*

Quando buscamos os valores civilizatórios afro-brasileiros, tomamos a postura de negar a afirmação construída historicamente para resguardar o processo de escravização de que o povo negro era um povo desprovido de cultura e conhecimento. Pelo contrário, além de possuírem conhecimento este povo conseguiu de forma resistente e criativa manter este conhecimento em toda a diáspora.

São saberes ligados às diversas áreas do conhecimento como as artes, as ciências, religião, literatura entre outras. Souza, pesquisando a realidade da Educação Infantil e a criança negra constatou que os valores civilizatórios afro-brasileiros como a circularidade, a oralidade, a

alegria, a ancestralidade, a aprendizagem iniciática, o princípio da energia vital são valores que "se consolidados na Educação Infantil, podem ganhar fôlego e potência para se ampliarem para além dos muros da escola com o status que nos é socialmente devido, neste longo processo de constituição da sociedade brasileira" (SOUZA, 2005, p.8). A autora acrescenta ainda que:

> *As culturas africanas assentam-se em três pilares básicos: oralidade, relação dinâmica com a ancestralidade e sincronicidade entre o espaço histórico (aye) e o espaço sagrado (orun). A oralidade dá sustentação às histórias humanas e sagradas desses povos. Entre os iorubas (povo da África Ocidental: Nigéria, Togo e Daomé), a "oratura" sustenta-se nos Versos Sagrados de Ifá, transmitidos pelos mais velhos aos mais jovens, iniciados na tradição. Essa é a forma de veiculação do axé (força vital ancestral), inoculado no rito de passagem iniciático. A relação dinâmica com o ancestral não o segrega no passado. Pelo contrário: o ancestral – histórico e mítico orixá – está presente no dia-a-dia do fazer humano. Ele é o elo que liga o ioruba ao mundo sagrado, orun. Mundo que retroalimenta os sonhos e as realizações dos seus descendentes (SOUZA, 2005, p. 10).*

Reconheço que necessitamos nos apropriar de forma mais concreta deste saber. Faz-se necessário um processo de formação inicial e continuada que possa esclarecer os princípios dos valores civilizatórios afro-brasileiros, para que efetivamente possamos utilizá-los de forma transformadora. Esta reflexão recoloca as discussões sobre formação da identidade nacional, questiona a inferiorização negra e o papel da cultura negra neste processo. A Educação é prioritária neste debate que é premente.

A escola ficará de braços cruzados? Poderemos continuar numa postura eurocêntrica frente a tantas evidências de contribuições da cultura negra? Este é o questionamento que acredito ser pertinente neste momento. Impossível ficarmos inertes frente às discussões apresentadas até aqui quando pensamos em uma escola democrática/transformadora e em aluno(a) crítico/participativo(a).

Pensarmos nas contribuições da cultura negra esquecidas pela escola eurocêntrica é pensar na escola que nega o outro conhecimento que pode ser ampliado e esclarecido. Para Gomes, trata-se de compreender que há uma lógica gerada no bojo de uma africanidade recriada no Brasil, a qual impregna a vida de todos nós, negros e brancos.

> *Nesse sentido, qualquer adjetivação da cultura, seja cigana, judaica, indígena ou negra, é uma construção social, política, ideológica e cultural que, numa sociedade que tende a discriminar e tratar desigualmente as diferenças, passa a ter uma validade política e identitária. A cultura negra possibilita aos negros a construção de um "nós", de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse "nós" possibilita o posicionamento de negro diante do outro e destaca aspectos relevantes da sua história e de sua ancestralidade. A cultura negra só pode ser entendida na relação com as outras culturas existentes em nosso país. E nessa relação não há nenhuma pureza; antes, existe um processo contínuo de troca bilateral, de mudança, de criação e recriação, de significação e ressignificação. Quando a escola desconsidera esses aspectos ela tende a essencializar a cultura negra e, por conseguinte, a submete a um processo de cristalização ou de folclorização (GOMES, 2003, p. 78-9)*

Concordando com a autora, entendo que é impossível a compreensão da nossa história desconsiderando a participação de africanos e indígenas na composição desta sociedade. Sem conteúdos referentes à História da África, o entendimento sobre as origens do povo brasileiro fica comprometido (NUNES, 2011).

Quando solicitados a externar formas de manifestações afro-brasileiras presentes em nossa sociedade, muitos poderão responder manifestações como samba, capoeira e congada, por exemplo. Certamente, estas são exemplificações de manifestações culturais negras, porém quando falamos de africanidades, pretendemos ir além da constatação factual. Queremos compreender como estas manifestações se organizam, como se perpetuam, como são as relações de poder estabelecidas nelas, enfim, queremos buscar, nestas manifestações, os seus princípios herdados das culturas africanas que

podem contribuir à construção de uma mudança conceitual visão de mundo.

Buscar as africanidades é um processo de resgate. Silva esclarece que:

> *Ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que. Independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia a dia (SILVA, 2005, p. 155).*

Compreender as africanidades se faz necessário no contexto atual, com a intenção de que, conhecendo melhor a história e a cultura negra, a observação do cotidiano, da escola, dos diversos espaços sociais pode, na perspectiva das africanidades, promover o combate a discriminação racial e cultural.

A Educação pode utilizar as africanidades nas diversas disciplinas. Cada conteúdo disciplinar tem seu potencial interdisciplinar. Devemos nos aproximar das diversas manifestações culturais negras existentes e dialogar com elas a fim de entender a realidade e servir-nos do trabalho dos movimentos negros, por exemplo, que têm desenvolvido alternativas para preservar a cultura negra e da mesma forma, divulgá-la abrangentemente.

Considerações Finais

O valor que a cultura tem para um povo é enorme. Talvez isso justifique o fato de, no Brasil, ter havido um esforço grandioso para que a cultura negra fosse "invisibilizada" e "inferiorizada". A ideologia do branqueamento em conjunto com a defesa da mestiçagem, até por meio políticas públicas nacionais, demonstram algumas das metodologias utilizadas para isso. Contudo, na contramão, a cultura negra conseguiu subverter a ordem e preservar-se nos diversos pontos de resistência negra e, ainda na atualidade, pode ser observada a manutenção de aspectos dos valores civilizatórios africanos presentes entre nós.

Acredito que o resgate da cultura negra não interessa somente às crianças e jovens negros/negras, mas a todos os alunos de outras ascendências étnicas. Dada a grandiosa participação de várias contribuições étnicas na formação da sociedade brasileira, em seus diversos aspectos, inclusive o cultural, reconhecer a participação de todas é se reconhecer nas particularidades. Incorporar a diversidade cultural e étnica significa assumir o compromisso com a dignidade humana.

À Educação cabe o papel relevante de romper com o legado eurocêntrico que tem excluído a cultura negra. Isso contribuirá para que possamos compreender a história de África e sua cultura. Assim poderemos sem temor "voltar atrás" e aprender com ela preceitos básicos para conseguirmos relacionar com o que somos hoje. Esse é uma exigência básica da cidadania, pois é a afirmação de nossa identidade cultural enquanto um direito da pessoa humana.

A intenção da discussão apresentada neste artigo é de que a Educação aposse-se da cultura negra a fim de promover uma revolução em nosso país; a revolução em busca da cidadania baseada no reconhecimento da história e cultura negra que forma a nossa identidade nacional.

As crianças negras serão favorecidas na formação do seu processo identitário e de autoestima. Ser descendente de uma cultura rica em princípios e valores é algo que muda a visão de si mesmo. As crianças brancas poderão confrontar seus saberes culturais com os apreendidos da cultura negra, e com isso, aumentar seu repertório de alternativas para enfrentar o mundo. Isso só poderá contribuir para construir uma nação mais criativa e produtiva.

Referência Bibliográfica

BRASIL, 2003. *Lei n. º 10.639, de 09.01.03*: altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira".

CUNHA Jr, Henrique. Nós afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse. *História da Educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade. 2005. p. 249-274.

GOMES, Nilma Lino. *Cultura negra e Educação*. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, nº 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003, p. 75-85.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. *A questão do negro e políticas públicas de educação multicultural:* avanços e limitações. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal

de Uberlândia. Uberlândia: 2004.

NUNES, Cícera. *A Cultura de base africana e sua relação com a Educação escolar*. In: Revista Metáfora Educacional. N.10, jun. 2011.

OLIVEIRA, Eduardo. *Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Curitiba, Editora Gráfica Popular, 2006.

SOUZA, Andréia Lisboa. Valores afro-brasileiros na Educação. In: *Valores afro-brasileiros na Educação.* Ministério da Educação. TV Escola . Salto para o Futuro.. 2005. p. 03-14.

TRINDADE. Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na Educação Infantil. In: *Valores afro-brasileiros na Educação*. Ministério da Educação. TV Escola . Salto para o Futuro.. 2005. p. 30-36.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Alienígenas na sala de aula* – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabenguele. *Superando o racismo na escola.* Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

Sobre a autora:

Luciane Ribeiro Dias Gonçalves: É doutora em Educação pela UNICAMP (2011), mestre em Educação pela UFU (2004). Atualmente é professora adjunta na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP / UFU no curso de Pedagogia.